Multiprogramação: possibilidades, desafios e viabilidade no Brasil[1]

Vivianne Lindsay Cardoso[2]

Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' – Unesp, Bauru, SP

RESUMO

A partir dos artigos publicados pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) no Livro da Compós – 2009 "Televisão Digital: desafios para a Comunicação", sob organização de Sebastião Squirra e Yvana Fechine, publicado em 2009, pela Editora Sulina, em Porto Alegre (RS), este artigo propõe uma revisão bibliográfica de sete artigos selecionados que analisam a multiprogramação no Brasil. Envolvendo onze pesquisadores como autores, os artigos discutem questões de funcionalidade, acessibilidade, potencialidades, regulações, limitações e interesses que permeiam este dispositivo de comunicação midiático.

PALAVRAS-CHAVE:
Comunicação; Tecnologias Digitais; TV Digital; Multiprogramação; Regulação.

[1] Trabalho apresentado no Divisão Temática 7 dos Grupos de Pesquisa em Mídia, Cultura e Tecnologias Digitais na América Latina, no XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, evento componente do Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação.

[2] Mestrando do Curso de Comunicação da Faac – Unesp -Bauru, SP, email: viviannelc@hotmail.com , sob Orientação do Professor Doutor Juliano Maurício de Carvalho, do Curso de Comunicação da Faac - Unesp - Bauru-SP, email: juliano@faac.unesp.br .

1. INTRODUÇÃO

Desde o ano 2000, o Brasil tem vivenciado um dos momentos mais significativos no desenvolvimento da televisão com o processo de implantação da tecnologia da TV Digital. Desde sua criação, a mudança tem sido marcada pela constante discussão quanto as suas potencialidades, finalidades e acessibilidade, sejam nos âmbitos político, econômico, tecnológico, comercial e social. Políticos, profissionais, estudiosos e o próprio telespectador acompanham e se tornam personagens desta história ainda em construção. Alta definição de imagem e som, interatividade, multiprogramação, mobilidade e convergência sãos as principais novidades apresentadas que atraem e instigam estudos e pesquisas. Em 2008, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) se propôs a incentivar a reflexão sobre o assunto entre pesquisadores e acadêmicos. No segundo semestre do mesmo ano, fez uma chamada pública de para artigos. O resultado da iniciativa foi o livro "Televisão Digital: desafios para a Comunicação", sob organização de Sebastião Squirra e Yvana Fechine, publicado em 2009, pela Editora Sulina, em Porto Alegre (RS), com 390 páginas.

O livro reúne dezoito artigos que foram selecionados em duas categorias: doze extraídos de um total de cinqüenta e seis artigos enviados por meio da chamada e mais seis produzidos por pesquisadores convidados, totalizando a participação de dezoito universidades envolvidas na discussão proposta. O livro conta com a colaboração de autores com atuação no mercado e núcleos de pesquisa do assunto, como o Forum do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD), Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (Lavid/UFPB), Instituto de Mídias Digitais (IMD)/PUC-Rio e Grupo de Comunicação Visual e Meios Eletrônicos Interativos do Laboratório de Sistemas Integráveis/USP. Com o objetivo de estimular a produção acadêmica em torno do assunto TV Digital aberta no Brasil, o livro apresenta as visões ligadas a comunicação, economia e política, tornando-se um documento sobre um momento de discussões repleto de incertezas em torno do assunto, traçando um panorama da época, do estágio de desenvolvimento e implantação, interesses e direções que a pesquisa tem assumido na Comunicação e articulações com outros segmentos. (SQUIRRA e FECHINE, 2009, p. 8-10)

Como ponto de partida, a tecnologia da TV digital no País está regulamentada no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, que determina o SBTVD-T e o conjunto de padrões tecnológicos a serem adotados para transmissão e recepção de sinais digitais

terrestres de radiodifusão de sons e imagens são baseados no padrão japonês de sinais do Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial (ISDB-T) – serviço integrado de radiodifusão digital terrestre, adaptado e desenvolvido tecnologicamente no País a tecnologia que permite a transmissão digital em alta definição High Definition Television (HDTV), simultânea para recepção fixa, móvel e portátil e interatividade.

A instituição do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD) se deu pelo decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003. Entre seus objetivos, está estimular a transição do sistema analógico para o digital de modo graduação, acessível e de baixo custo, além de propostas específicas a partir da tecnologia, conforme descritos no artigo 1º, inciso I a finalidade de "promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio de acesso à tecnologia, visando à democratização da informação"; no inciso III "estimular a pesquisa e o desenvolvimento e propiciar a expansão de tecnologias brasileiras e de indústrias relacionadas à tecnologia de informação e comunicação"; no inciso VII "estabelecer ações e modelos de negócios para a televisão digital adequadas à realidade econômica e empresarial do País"; no inciso VIII "aperfeiçoar o uso do espectro de radiofreqüências"; e no inciso IX "contribuir para a convergência tecnológica e empresarial dos serviços de comunicação". Exposição de Motivos, anexa ao Decreto Presidencial nº 4.901 de 2003:

> A televisão digital não é apenas uma evolução tecnológica da televisão analógica, mas uma nova plataforma de comunicação, cujos impactos na sociedade ainda estão se delimitando. (FERRAZ, 2009, p. 15)

A partir da revisão bibliográfica dos artigos publicados pela Compós, diante das cinco principais vantagens que a TV Digital adotada e desenvolvida no país que são: alta definição de imagem e som, interatividade, multiprogramação, mobilidade e convergência, é possível identificar que, desde o início de suas transmissões em São Paulo, em dezembro de 2007, a alta definição é realidade acessível. A mobilidade vem ganhando força com novos dispositivos tecnológicos que estão sendo adaptados, como celulares e computadores. A interatividade é um dos assuntos mais intrigantes e discutidos pelos autores e pesquisadores, garantindo amplo espaço entre as reflexões. A convergência digital entre os dispositivos tecnológicos também é assunto marcante, mas com uma perspectiva vislumbrada em médio prazo. Por sua vez, a multiprogramação é um assunto polêmico, controverso e, fundamentalmente, incerto. Mesmo sendo uma das características da tecnologia, a regulação vigente proíbe sua exploração, limitando

apenas a utilização por parte dos canais do Governo Federal, e a TV Cultura em caráter científico e experimental, por meio da Portaria nº 24, de 11 de fevereiro de 2009, que cria normas gerais para o funcionamento das emissoras "vinculadas aos Poderes da União" e proíbe o uso da multiprogramação por quaisquer outras emissoras que não aquelas criadas pelo decreto nº 5.820, que criou o Sistema Brasileiro de TV Digital. A norma tem caráter provisório, já que o Ministério das Comunicações se comprometeu em editar outra norma sobre a multiprogramação.

Exatamente por este entrave político em seu efetivo desenvolvimento, torna-se relevante a análise documentada neste livro sobre as características, potencialidades e perspectivas da multiprogramação no País. Assim, mesmo com onze artigos mencionando o tema multiprogramação, envolvendo, inclusive, a tecnologia e conteúdo aplicados em países como Estados Unidos da América, Espanha, França, Inglaterra e Japão, a revisão deste artigo será limitada em sete artigos que tratam pontualmente da multiprogramação no Brasil, envolvendo onze pesquisadores como autores, entre eles Ferraz, Barbosa, Castro, Becker, Zuffo, Machado, Médola, Brittos, Bolaño, Pierante e Wimmer.

2. MULTIPROGRAMAÇÃO

A multiprogramação, definida por Ferraz[1] (2009, p. 22), é um dos principais atrativos da TV Digital e caracteriza-se pela possibilidade de transmissão simultânea de múltiplos conteúdos em um mesmo canal de TV, graças à capacidade de compactação de dados de áudio, vídeo, dados e software, encapsulados e inseridos em um protocolo de transporte, podendo ser compreendidos pelo receptor que possua o mesmo protocolo, assim como acontece com a internet. A tecnologia permite o uso mais eficiente do espectro de transmissão e o aumento do número de canais oferecer mais conteúdo, maior concorrência e diferentes usos (canais de serviço, governo, bancos etc), alta qualidade de imagem e som e interatividade, criando expectativa por parte da cadeia produtiva e do telespectador gerando maiores receitas, maior interação com o público, maior divertimento e mais fontes de informação. (2009, p. 15)

A partir da tecnologia da TV Digital implantada no Brasil, um canal com faixa de freqüência de 6MHz pode ser transmitido em até quatro canais, dependendo o padrão de qualidade de imagem a ser escolhido e as linhas verticais de definição da imagem. O

[1] FERRAZ, Carlos. **Análise e perspectivas da interatividade digital**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.15-43.

padrão SDTV (*Standard Definition TV*) comporta quatro canais e é o que possui menor resolução de imagens com 480 linhas como padrão, o que representa a qualidade conhecida nos aparelhos analógicos. O HDTV (*High Definition TV*, ou alta definição), com qualidade superior de imagem, tem a capacidade de comportar até dois canais, com 720 linhas como padrão, sendo esta a opção mais vislumbrada por quem defende a multiprogramação. Já o Full HDTV (*Full High Definition TV*) possui qualidade máxima de definição, com 1080 linhas de resolução comportando apenas um canal. No caso do Full HDTV, a alta definição máxima possui 1920 pixes (pontos e formam a imagem digital) de resolução horizontal e "varredura progressiva da imagem, ou seja, 60 imagens ou quadros por segundos, preenchidos linha a linha, para dar uma aproximação maior de movimento". (FERRAZ, 2008, p. 21)

> "A possibilidade de transmissão simultânea de múltiplos conteúdos em um mesmo canal de uma emissora é flexível, isto é, a emissora pode decidir transmitir diversos programas ao mesmo tempo, bem como transmitir o conteúdo de diversas câmeras (ex. ângulos distintos), permitindo que o usuário assista o programa multicâmera ao seu gosto.". (FERRAZ, 2009, p. 22)

Mesmo com o que considera "diversas combinações interessantes que podem ser feitas com a multiprogramação", Ferraz (2009, p.23) avalia que nos vários países em que a TV Digital vem sendo implantada, faltam modelos de negócios consistentes para a multiprogramação, e, por isso, tem recebido menos atenção. Mesmo assim, avalia que canais de interatividade com suas aplicações, que também poderão surgir por meio da multiprogramação, motivam o maior desenvolvimento da engenharia e são cruciais para a consolidação do sucesso dessa funcionalidade. Além disso, a forte expectativa de mudanças na forma de comunicação entre a televisão e o telespectador, muda sua concepção, passando a ser chamado de usuário, já que

> "a comunicação passa a ser de duas vias/mãos, ou seja, bidirecional, da emissora para o usuário (como desde o início da era da televisão) e do usuário para a emissora, na forma de solicitação de informações/conteúdo adicionais, respostas a enquetes, acesso a sérvios, entre outras.". (FERRAZ, 2009, p. 16)

A televisão pública digital no Brasil, de acordo com Barbosa e Castro[1], (2009, p. 69), vem passando por mudanças radicais desde a implantação da TV Digital, nesta transição do modelo analógico para o digital, levantando discussões que envolvem baixa

[1] BARBOSA Filho, André e CASTRO, Cosette. **Apontamentos para implantação da TV Pública Digital no Brasil**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.68-83.

audiência, falta de robustez, modelo de gestão, conteúdo, modelo de negócio e as transformações sofridas com a nova tecnologia. Uma das temáticas que envolvem a televisão pública digital é a multiprogramação e a formação da figura do operador de rede de plataformas comuns de transmissão de sinal digital para baratear custos e agilizar a tecnologia.

Barbosa e Castro (2009, p.70) avaliam o sistema nipo-brasileiro de tecnologia adotado no País foi a escolha ideal a ser feita, permitindo colocar mais programação e informação no mesmo espaço de 6MHz, com imagem maior e melhor que os modelos europeu, norte-americano e até mesmo o japonês original. Outra vantagem é suportar diversas programações simultâneas, como canais temáticos de multiprogramação, transmissão de sinal para dispositivos portáteis e dados de serviços interativos. "Neste contexto, surge a proposta de criar no Brasil o operador de redes de plataformas comuns de transmissão de sinal digital.". (2009, p.70)

A proposta em operação no Japão, em países da Europa e Austrália, viabiliza as empresas a transmissão de sua própria programação utilizando sistemas de transição integrados "e, se assim o desejassem, oferecer, cada qual, separadamente, a multiprogramação às audiências". Assim, em um espaço comum, as emissoras enviariam sinal dos estúdios para seu próprio transmissor, em uma única torre de transmissão em cada município, possibilitando o compartilhamento das instalações, ligando suas antenas correspondentes em torre única. (2009, p. 70). A vantagem dos operadores de rede é a redução do custo de investimento individual para a digitalização das torres de transmissão, restringindo o custo a manter um único operador, beneficiando emissoras pequenas e com menor volume de recursos financeiros, como as emissoras públicas. (2009, p.71)

Mais do que integrar torres de retransmissão, Barbosa e Cosette levantam a discussão sobre a possibilidade de integração entre emissoras públicas estaduais, canais comunitários e universitários, com a utilização da multiprogramação, criando, inclusive, um serviço de intercâmbio de televisões públicas, envolvendo EBC (Empresa Brasil de Comunicação), TVs institucionais, TVs educativas e universitárias através de compartilhamento de conteúdo digital, voltados ao alto desempenho de educação e pesquisa. No entanto, para isso, é preciso que a legislação federal mude e autorize a utilização do dispositivo, mas avaliam que, em pouco tempo, as reivindicações de diferentes atores sociais se tornem presentes tanto para a participação na construção de conteúdos, quanto no acesso e divulgação desses conteúdos (2009, p.71 e 79).

> "A TV pública, através da digitalização, pode (e deve) assegurar o papel social da comunicação eletrônica. Assim, a sonhada democratização do acesso às janelas de veiculação, dar-se-ai, de pronto, pelo uso da multiprogramação, que garantiria a diversidade cultural e a inclusão através da interatividade e do multiserviço.". (BARBOSA; CASTRO, 2009, p. 83)

Relacionada ainda a questão da televisão pública, os autores Becker e Zuffo[1] (2009, p. 46), apenas citam a multiprogramação em paralelo ao tema interatividade, assunto central da reflexão, lembrando que a TV Cultura, também uma televisão pública, havia lançado oficialmente a multiprogramação com o canal Univep TV, em 2009. Além do canal citado, está em funcionamento o canal Multicultura que iniciou suas transmissões conjuntamente com o Univesp TV. Ambos estão em funcionamento por meio de autorização especial do Ministério das Comunicações.

Por outro lado, a partir de uma perspectiva crítica e pouco esperançosa diante da implantação da TV Digital no Brasil, Machado[2] (2009, p.223) acredita que o modelo adotado oficialmente pelo governo Lula é o mais conservador entre todos os conhecidos e faz um panorama descrevendo a tecnologia e a ampliação dos canais avaliando que "essa tão alardeada TV não produziu até agora qualquer mudança significativa e é pouco provável que faça num futuro próximo.". Machado acredita que não há muito o que se esperar em termos de Brasil, pois as possibilidades de interatividade integral, ampliação de canais, inclusão digital e inserção de novos atores na produção de conteúdos foram de antemão afastados. E considerada que exceto alguns nichos de classe média alta, os telespectadores não estão entusiasmados em investir "fortunas numa tecnologia que até agora não disse ao que veio". Para o autor, a transmissão direta via satélite, a passagem da televisão preto e branco para a colorida e o surgimento do videocassete "produziram impactos muito mais profundos nos modos de fazer e de ver televisão do que a TV Digital pode agora insinuar." (2009, p.223). Machado declara em tom de provocação:

> "De qualquer forma, há uma certa coerência ideológica na opção adotada pelo modelo japonês, pois ele reduz tudo a uma questão de definição (alta ou baixa, não importa), já que as questões mais importantes, relacionadas com a interatividade, convergência com a Internet e a ampliação das oportunidades das emissoras foram devidamente descartadas.". (MACHADO, 2009, p.224)

---

[1] BECKER, Valdecir e ZUFFO, Marcelo Knörich. **Interatividade na TV Digital: estado da arte, conceitos e oportunidades**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.44-68.

[2] MACHADO, Arlindo. **O mito da alta definição**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.223-230.

Para Médola[1], no Brasil, no início do século XXI, pesquisadores de diversas áreas têm intensificado as investigações sobre o tema TV Digital procurando respostas para a demanda do processo de mudanças que estão acontecendo e que considera irreversível, mudanças essas que estão inseridas em um contexto de convergência midiática que "produz um ambiente comunicacional de elevado grau de complexidade marcado pelo contínuo movimento de expansão e multiplicação dos suportes técnicos e das possibilidades textuais e discursivas." (2009, p. 247). Ao comparar a televisão digital implantada em outros países, envolvendo monoprogramação, multiprogramação, ou serviços, para Médola (2009, p. 225) o principal desafio é a interatividade, com ou sem canal de retorno, pois o uso da televisão passa a ser estendido a outras finalidades que vão além da fruição passiva, exigindo, inclusive, inovação nas formas discursivas.

Mais voltados às questões legais, políticas, de poder e de funcionalidade, Brittos e Bolaño[2] (2009, p.301) descrevem um panorama amplo que envolve a política ligada a multiprogramação. A escolha pela preservação do espaço de 6MHz do espectro eletromagnético, que já havia com as concessões analógicas, foi uma batalha das próprias operadoras de TV, permitindo, a partir da tecnologia da TV Digital, transportar uma programação em alta definição ou até quatro programações na definição standard, além de dados de saída mista e, mais do que isso, as grandes redes conseguiram garantir que cada canal fizesse a gestão de sua própria distribuição, detendo antenas e equipamentos, além do custo da transição do analógico para o digital, custo este que chegou a ser pleiteado para que fosse custeado pelo financiamento público, mas sem sucesso. (2009, p.304-305). Outro argumento apresentado pelos autores é descrita na citação de que

> "No Brasil, a explicação de que as grandes redes preferem o padrão japonês aos demais porque ele permite transmitir o sinal para celular dentro do canal de TV, evitando a entrada das operadoras celulares no negócio é somente meia verdade. Ao exigir o padrão japonês com alta definição, as emissoras buscam garantir um novo canal de 6MHz na transição, evitando o que aconteceu na Europa, em que a opção pela multiprogramação [...] permitiu que os governos abrissem espaço para o aumento da competição no mercado televisivo, dando às emissoras menos que um canal interior para a transmissão digital e leiloando as novas faixas de espectro.". (CRUZ, 2008, p.116)[2]

[1] MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi. **Televisão digital, mídia expandida por linguagens em expansão**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.223-230.

[2] BRITTOS, Valério Cruz e BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Televisão digital, convergência e transição tecnológica no Brasil**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.301-323.

[3] CRUZ, Renato. **TV Digital no Brasil: tecnologia versus política**. São Paulo: SENAC, 2008.

Outra possibilidade descartada pelos principais grupos de televisão aberta, descrita por Brittos e Bolaños (2009, p.3005), seria a adoção de um único operador de rede por localidade que ficaria encarregado de transmitir os conteúdos de todas as emissoras, deveria estar regulamentado e ser fiscalizado para garantir que não se envolveria ou vetaria conteúdos, podendo ainda ser responsável pelo carregamento de canais públicos, educativos, universitários e comunitários. A iniciativa poderia viabilizar que parte dos 6MHz de cada estação fosse destinadas para a transmissão de conteúdos alternativos e reduziria os altos investimentos de pequenos canais para a compra de equipamentos para a transmissão da nova tecnologia. "Isso representa partilha de poder, o que mobilizou os grandes operadores televisivos contra esta opção". (2009, p. 306)

Para exemplificar a afirmação de "as disputas em torno de opções tecnológicas são intrinsecamente políticas", Brittos e Bolaño utilizam o projeto idealizado pela Rede Globo de Televisão para transmitir a mesma programação com três definições de imagens diferentes – para televisores de alta definição, receptores convencionais com conversores acoplados e aparelhos móveis – justificando a escolha no padrão japonês por questões técnicas, já que com o padrão europeu para viabilizar seu projeto, seria preciso mais um canal e um operador de rede. (2009, p.306)

> "...enquanto o padrão japonês interessava à parcela hegemônica do empresariado de radiodifusão, os operadores de telecomunicações não estavam tão interessados assim em defender um modelo particular [...] mas de fato os maiores defensores de uma opção nacional foram os movimentos pela democratização da comunicação e o próprio Ministério das Comunicações em alguns momentos. O *lobby* em torno do padrão japonês mostrou-se muito mais forte sobretudo a partir do momento em que Hélio Costa assumiu o ministério, com vontade explícita de favorecer a proposta dos radiodifusores". (BRITTOS; BOLAÑO, 2009, p.306)

O modelo nipo-brasileiro adotado a partir do modelo japonês foi divulgado como uma decisão técnica, mas contrariando a análise técnica que foi encomendada ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), pelo próprio Governo Federal, que optou pelo modelo europeu e que, inclusive, também viabilizava a multiprogramação. No entanto, para os autores, o ministro Hélio Costa, buscou desqualificar a discussão política e revertê-la para questões técnicas. Os autores destacam sua declaração: "quem é que vai colocar a televisão digital no ar? São as empresas. São elas que vão realmente fazer o trabalho e há a necessidade de preservar os direitos já adquiridos e não mexer nas freqüências e nos canais estabelecidos"

(ZANATA; POSSEBOM, 2005)[1] (2009, p.312). Até o momento, na visão de Brittos e Bolaño (2009, p.320) a falta de interesse público em adquirir ao novo modelo se deve ao alto custo do equipamento e as poucas novidades que ainda oferece em relação à velha televisão de massa, já que a interatividade e a convergência estão em processo de estruturação e, por fim, a multiprogramação está proibida de ser veiculada livremente.

Para Pieranti e Wimmer[2] (2009, p.329) a cadeia de valor da radiodifusão pode ser subdividida em quatro etapas – produção de conteúdo, programação, distribuição e consumo – a partir do estudo do CPqD[3] (2004) foram estimados, pelo menos, três cenários distintos para a cadeia de valor após a digitalização, variando entre continuidade e total ruptura. São eles: 'cenário incremental' sem alterações significativas na cadeia existente, caracterizando a digitalização como uma evolução tecnológica; 'cenário de diferenciação' com um grau maior de ruptura na cadeia ao permitir a exploração da multiprogramação, a interatividade e a mobilidade com possibilidade de programação diferenciada; e por fim o 'cenário de convergência' provocando uma mudança radical na cadeia atual, com diferentes serviços baseados em interatividade, mobilidade e multiprogramação, em um ambiente de multiserviços, sendo o aparelho de televisão usado como um terminal bidirecional interconectado a redes de alta velocidade.

Para Pieranti e Wimmer (2009, p.324-329) as potencialidades de incentivo para o desenvolvimento e transformação social que a TV Digital cria, inclusive por meio dos decretos que a regulamenta (nº 4.901 e nº 5.820), são expressivos e relevantes incentivando a convergência, a cultura, acesso a serviços públicos e a educação. Assim como descrito na Constituição Federal de 1988, nos artigos 220, 221, 223 e 224, a valorização e o desenvolvimento social por meio da radiodifusão são direitos e devem ser incentivados por meio de sistemas públicos. (2009, p. 334). Neste cenário, a televisão pública torna-se possível solução para superar a disparidade existente entre as emissoras privadas, promovendo discussões entre representes de emissoras públicas, educativas, culturais, universitárias, legislativas e comunitárias na busca pela construção

[1] ZANATTA, Carlos Eduardo; POSSEBOM, Samuel. **Comunicação direta.** Tela Viva – São Paulo, n. 153, set. de 2005. Disponível em www.telaviva.com.br/revista/153/capa.htm. Acesso em 20 dez. 2008.

[2] PIERANTE, Octavio Penna; WIMMER, Miriam. **Revisando a televisão: definições, desafios e novos caminhos em tempo de digitalização**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.324-344.

[3] CPqD. Cadeia de Valor. Projeto Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Modelo de Implantação. OS 40539. Campinas, 2004. Disponível em http://fndc.org.br/arquivos/MapeamentoCadeiadeValor-CPQD.pdf . Acesso em 15/12/2008.

de uma infra-estrutura técnica, pública e única, viabilizando a integração das plataformas de serviços digitais por meio de um operador de rede digital. Com isso, oferecer serviços interativos, promovendo a convergência e os veículos de inclusão digital. (2009, p. 336)

> "Nesse sentido, considerando-se que a TV Pública deve se destacar pelo estímulo à produção de conteúdos digitais interativos e inovadores, a multiprogramação é um modelo adequado para bem realizar a sua missão, por permitir a multiplicação da qualidade de entidades aptas a transmitir seus sinais" (PIERANTI; WIMMER, 2009, p. 336)

Os autores consideram que a legislação vigente no Brasil é defasada, apresentando dificuldades para lidar e viabilizara novas funcionalidades da comunicação de massa, como a multiprogramação e a interatividade, não possuindo um marco legal unificado, ou um quadro normativo composto por regras e princípios harmônicos entre si para a regulação de diferentes serviços. (2009, p. 337). A dificuldade, para Pieranti e Winner (2009, p. 340) é a ausência, ao menos, de uma legislação que considere serviços mais recentes e a convergência tecnológica, o que acaba resultado em dificuldades para uma regulação apropriada da comunicação social no presente, como vem acontecendo com a multiprogramação.

> "O principal desafio brasileiro no campo da Comunicação para os próximos anos ultrapassa os limites do SBTVD-T (Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre), passa por radiodifusão, telecomunicações, internet, serviços convergentes [...] A implantação do SBTVD-T e a possibilidade de promulgação de uma nova Lei Geral (de Comunicação Eletrônica) abre a oportunidade, ainda, para que se reveja a atual estrutura de propriedade no âmbito das comunicações no Brasil" (PIERANTI; WIMMER, 2009, p. 330-341)

Como consideração final, os autores avaliam que não importa qual caminho as regulações adotadas tomem, no que envolvem propriedade e conteúdo, tudo que diz respeito ao SBTVD-T "figuram um termômetro do que se pretende para a Comunicação Social no Brasil nas próximas décadas. (2009, p. 324)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de sete artigos, onze pesquisadores apresentaram suas perspectivas e visões a partir da implantação da TV Digital no Brasil, apresentadas aqui exclusivamente ligadas ao tema multiprogramação. Ferraz, Barbosa, Castro, Becker, Zuffo, Machado, Médola, Brittos, Bolaño, Pierante e Wimmer discutiram questões de funcionalidade, acessibilidade, potencialidades, regulações, limitações e interesses que envolvem o dispositivo. Mais do que um panorama sobre a visão de importantes

pesquisadores do Brasil, o levantamento de informações aqui proposto apresenta o importante papel vislumbrado para multiprogramação como um meio de viabilizar novas possibilidades de democratização da comunicação, envolvendo educação, cultura, diversidade de conteúdo e geradores desse conteúdo, interatividade e convergência. A multiprogramação pode ser entre as possibilidades do sistema "nipo-brasileiro" desenvolvido e adotado, uma das mais controversas e perturbadoras para os detentores de poder, já que ela pode desencadear ramificações segmentadas de comunicação, alcançando e criando nichos de público, mercado e até mesmo geradores de conteúdo e programação, contrariando a estrutura arraigada e consolidada que existe na televisão brasileira, desde sua implantação em 1950, que está concentrada nas mãos de poucos.

> "...a partir da proposta de criação de um padrão nacional de TV Digital, ampliar o debate sobre a organização do sistema brasileiro de televisão, atacando problemas crônicos, como a concentração dos meios de comunicação, entre outros. Essa era a esperança dos movimentos pela democratização da comunicação que se engajaram no debate em torno do SBTVD.". (BRITTOS; BOLAÑO, 2009, p. 310.

Mesmo diante de tamanha potencialidade, a multiprogramação no Brasil vive um entrave regulatório para seu efetivo desenvolvimento. A partir do Decreto nº 5.820, por meio do artigo 12, que proíbe a multiprogramação no País - exceto para os canais da União Federal e a TV Cultura (com autorização especial) - a tecnologia está truncada, gerando discussões, controvérsias e até mesmo enfrentamentos diante da regulamentação, como aconteceu com o início das transmissões dos canais da TV Cultura[1] antes de receber autorização especial e, recentemente, pela Rede TV[2] que transmitiu dois canais ao mesmo tempo em julho de 2010. Algumas emissoras lutam por seu direito a multiprogramação, enquanto outras simplesmente 'engavetaram' o assunto, em um jogo de poder e garantias de manutenção de lucro que está apenas começando e promete novos entraves.

A tecnologia da TV Digital, com ou sem multiprogramação, percorre o mundo há anos e vem transformando profundamente o modo de ver e fazer comunicação. O primeiro país a ter seu sinal analógico desligado foi a Holanda, em 2007, com todo território nacional cabeado. (DANTAS, 2009, p.296)[3]. No Brasil, de acordo com o Decreto nº 5.820/2006, até dezembro de 2013, é obrigatório que haja disponibilidade

[1] MINISTÉRIO autoriza multiprogramação da TV Cultura. Disponível em: http://www.mc.gov.br/noticias-do-site/21400-ministerio-autoriza-multiprogramacao-da-tv-cultura. Acesso em 05/07/2010.
[2] REDE TV! dribla lei e faz multiprogramação. Disponível em: http://noticias.uol.com.br/ooops/ultimas-noticias/2010/07/05/rede-tv-dribla-lei-e-faz-multiprogramacao.jhtm . Acesso em 05/07/2010.
[3] DANTAS, Marcos. **Onde os fracos não têm vez. Como evoluiu e por que evoluiu a TV Digital**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.44-68.

técnica de cobertura de sinal de TV Digital terrestre em todo território nacional, data limite para a concessão de canais de TV analógicos. Até 2016, dez anos após a publicação do decreto, ele determina ainda a devolução dos canais analógicos à União e a transição total a para o sistema digital. Até lá, espera-se que não só a transição seja concluída, mas a multiprogramação seja efetivamente regulamentada, autorizada e viabilizada para emissoras públicas, privadas e educativas. Diante de tantas incertezas e perspectivas, a multiprogramação é, certamente, um assunto que merece ser acompanhado, discutido e analisado.

4. REFERÊNCIAS

BARBOSA Filho, André e CASTRO, Cosette. **Apontamentos para implantação da TV Pública Digital no Brasil**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.68-83.

BECKER, Valdecir e ZUFFO, Marcelo Knörich. **Interatividade na TV Digital: estado da arte, conceitos e oportunidades**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.44-68.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 13/06/2010.

_____**Decreto n. 4.901, de 28.11.2003**. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital SBTVD, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4901.html. Acesso em 13/06/2010.

_____ **Decreto n. 5.820, de 29.06.2006**. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transição digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão e dá outras providências. Disponível em: http://www.mc.gov.br/index.php/content/view/30843.html. Acesso em 13/06/2010.

BRITTOS, Valério Cruz e BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Televisão digital, convergência e transição tecnológica no Brasil**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.301-323.

DANTAS, Marcos. **Onde os fracos não têm vez. Como evoluiu e por que evoluiu a TV Digital**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.44-68.

FERRAZ, Carlos. **Análise e perspectivas da interatividade digital**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.15-43.

MACHADO, Arlindo. **O mito da alta definição**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.223-230.

MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi. **Televisão digital, mídia expandida por linguagens em expansão**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.223-230.

MINISTÉRIO autoriza multiprogramação da TV Cultura. Disponível em: http://www.mc.gov.br/noticias-do-site/21400-ministerio-autoriza-multiprogramacao-da-tv-cultura. Acesso em 05.07.2010.

PIERANTE, Octavio Penna; WIMMER, Miriam. **Revisando a televisão: definições, desafios e novos caminhos em tempo de digitalização**, em Televisão digital: desafios para a comunicação. Livro da Compós - 2009, orgs. Sebastião Squirra e Yvanna Fechine – Porto Alegre: Sulina, 2009, p.324-344.

REDE TV! dribla lei e faz multiprogramação. Disponível em: http://noticias.uol.com.br/ooops/ultimas-noticias/2010/07/05/rede-tv-dribla-lei-e-faz-multiprogramacao.jhtm . Acesso em 05/07/2010.